

SOCIEDADE E NATUREZA PERSPECTIVAS NO CONTEXTO GEOGRÁFICO DO PÓS-GUERRA

Edson Belo Clemente de Souza*

RESUMO: Este artigo tem por finalidade apresentar um pequeno panorama da relação da sociedade e da natureza diante da evolução do pensamento geográfico, considerando, principalmente, as principais mudanças ocorridas no interior da ciência geográfica a partir da Segunda Guerra Mundial. Neste período de análise estará também sendo colocado para o debate algumas importantes transformações que vêm ocorrendo na história do desenvolvimento capitalista.

PALAVRAS CHAVE: sociedade; natureza; evolução do pensamento geográfico.

SOCIETY AND NATURE: PERSPECTIVES IN THE POST-WAR CONTEXT

ABSTRACT: This article has for purpose to ahead present a small panorama of the relation of the society and the nature in front of the evolution of the geographic thought, mainly considering the main occurred changes inside of geographic science from the Second World War. In this period of analysis it will be also being placed for the debate some important transformations that come occurring in the history of the capitalist development.

PALAVRAS CHAVE: sociedade; natureza; evolução do pensamento geográfico.

1. Introdução

O presente estudo está debatendo categorias importantes de análise tanto da geografia quanto de outras áreas das ciências humanas. Em especial destaque para a sociedade e a natureza que, juntas, estabelecem uma relação importante de análise.

Sob um enfoque geográfico, a compreensão se estenderá no período do pós Segunda Guerra Mundial até os dias atuais. Durante este período, a geografia brasileira passou por algumas mudanças, contextualizadas na dinâmica mundial do capitalismo, como também no próprio interior das reflexões da ciência geográfica. O ponto de partida será no incipiente processo de organização da geografia.

2. A Formação e a Herança Histórica na Geografia

A partir da sistematização da Geografia enquanto Ciência, final do século XVIII, a corrente filosófica positivista influenciou o pensamento geográfico através do método empírico, contemplando exaustivamente a descrição dos fatos naturais.

* Docente da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus Cascavel

Endereço: Rua Universitária, 1619, Cascavel, PR. 85.814-110

Até a primeira metade do século XX, a Geografia Positivista ou tradicional teve um papel importante na explicação da relação da sociedade com a natureza. Inserido num contexto social e político, a ciência geográfica buscou interpretar como o homem vive em seu meio, mas desvinculado das mazelas que os interesses da classe dominante produzem no seio da sociedade.

A geografia tradicional em suas diversas versões privilegiou os conceitos de paisagem e região, em torno deles estabelecendo-se a discussão sobre o objeto da geografia e sua identidade no âmbito das demais ciências. A abordagem espacial, associada à localização das atividades dos homens e aos fluxos, era muito secundária entre os geógrafos (Corrêa, 1991,1995). Portanto, o espaço não se constitui em um conceito –chave na geografia tradicional.

Mascarando o domínio de classes, subjacente no próprio sistema, as escolas positivistas da geografia começaram a esgotar-se em termos de método, pois, explicar a sociedade do pós-guerra exigiu uma readequação metodológica e de princípios. Como advoga Moraes (1987, p. 93): “Há uma crise de fato da Geografia Tradicional, e esta enseja a busca de novos caminhos, de nova linguagem, de novas propostas, enfim, de uma liberdade maior de reflexão e criação. As certezas ruíram, desgastaram-se. E, novamente, pergunta-se sobre o objeto, o método e o significado da geografia”.

Alguns acontecimentos foram significantes para que a Geografia se renovasse como aqueles que marcaram o capitalismo após a 2ª Guerra Mundial, exemplificando: a hegemonia dos blocos capitalistas e socialistas da guerra fria, o desmantelamento das colônias européias, a urbanização dos países subdesenvolvidos, o avanço tecnológico e seus descobrimentos como a nova divisão territorial do trabalho, o paradigma toyotista em substituição ao fordista e o modelo de industrialização dos países subdesenvolvidos.

O conjunto de práticas de controle do trabalho, tecnologias, hábitos de consumo e configurações de poder político-econômico, que se estendeu no pós-guerra entre, principalmente, 1945 a 1973, foi chamada de fordista-Keynesiano (Harvey, 1993).

Dentro de uma linha Keynesiana, a presença do Estado na economia torna-se cada vez maior. Com a criação do CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e Caribe, nos fins da década de 40, o ideário desenvolvimentista atribui um modelo capitalista na chamada Substituição de Importações, que também define uma nova forma de apropriação da terra pelo capital, seja ela urbana ou rural. Segundo Rodrigues (1998, p. 47), “este processo deveria ser intermediado pelo Estado para impedir que o intercâmbio economicamente desigual implicasse a continuidade das formas de exploração”.

Os idealistas da Substituição de Importações, os chamados cepalinos, negligenciaram as análises espaciais complexas, pois a questão fundamental era propiciar o desenvolvimento. Com a busca desenfreada do lucro, a ação do homem sobre o meio torna-se mais brutal, não medindo as consequências das intervenções que as indústrias, por exemplo, vão provocar no desequilíbrio ambiental. Além dos problemas ambientais, outro ponto nevrálgico da análise cepalina foi alijar as diversas classes sociais, que ficaram ocultas pelo ideário do desenvolvimento no processo de industrialização.

No âmbito social, se o fordismo trouxe sérios problemas de desigualdades, o pós-fordismo “promete ainda mais, com as desigualdades diferenciando de forma mais apurada tanto os empreendimentos capitalistas como a estrutura da classe trabalhadora” (Gottdiener, 1990, p.69).

Diante de mudanças significativas para uma nova organização espacial brasileira, como foi a política industrial e a acumulação flexível, a geografia, inserida na história do desenvolvimento capitalista e, enquanto ciência política, percebe a necessidade de rever seus conceitos, pois, a sociedade, como objeto de estudo, e os conceitos-chave (paisagem, região, espaço, lugar e território) que se referem à ação humana modelando a superfície terrestre, assumem novos significados (Corrêa, 1995).

3. O Movimento De Renovação Da Geografia: A Nova Geografia

Buscando uma mudança de interpretação geográfica, não mais satisfeita pela geografia tradicional e dentro da nova fase de expansão capitalista do pós-guerra, a geografia busca uma renovação chamada Nova Geografia, que pouco se renova, pois a crítica que a mesma faz ao positivismo de nada altera a essência da visão social e política da sociedade. Pois, com fins ideológicos, procura ocultar as mazelas do capitalismo. Paraphraseando Corrêa (1991, pp. 17-18), “é preciso justificar a expansão capitalista, escamotear as transformações que afetaram os gêneros de vida e paisagens solidamente estabelecidas, assim como dar esperanças aos ‘deserdados da terra’, acenando com a perspectiva de desenvolvimento a curto e médio prazo: o subdesenvolvimento é encarado como uma etapa necessária, superada em pouco tempo. A teoria dos pólos de desenvolvimento é um dos melhores exemplos desta ideologia”.

Esta nova geografia emprega técnicas estatísticas e modelos matemáticos. Com uma postura pragmática é chamada de Geografia Quantitativa ou Geografia Teórica e serve apenas para mensurar números, como o próprio David Harvey afirma após se redimir do neopositivismo desta corrente geográfica.

O papel do Estado nesse contexto vai ser de vital importância para contribuir na compreensão da sociedade capitalista. Para Corrêa (1991), “o Estado assume seu papel de ação e controle do espaço para melhor dominar o território”. Neste sentido, o planejamento passa a ser de importância capital para o sistema, pois ele é o novo instrumento de poder político e econômico do capitalismo, que tem o Estado como seu mediador. Moraes (1987, p. 95), reforça esse entendimento dizendo que “a realidade do planejamento colocava uma nova função para as ciências humanas: a necessidade de gerar um instrumental de intervenção, enfim uma feição mais tecnológica”.

Segundo Santos (1990, pp. 80 – 81):

o maior pecado da ‘New Geography’ foi o de estreitar os horizontes da disciplina e de empobrecer sua interdisciplinaridade quando, justamente, aumentava o número de ciências capazes de ajudar nossa elaboração teórica. A chamada ‘nova geografia’ também excluiu o movimento social e dessa forma eliminou de suas preocupações o

espaço das sociedades em movimento permanente. *A geografia tornou-se uma viúva do espaço* (grifo nosso).

Há uma outra ala da Geografia, associada às bases teóricas da Fenomenologia e à Geografia da Percepção. No Brasil, destaca-se o papel da Prof.^a Livia de Oliveira, da UNESP/Rio Claro, como a principal referência desta Geografia, tradutora do livro de Y-Fu-Tuan, “O Espaço e o Lugar”, tem tido freqüente produção científica nesta área.

O fundamento desta abordagem vem do fato de que cada indivíduo tem uma maneira específica de apreender o espaço, mas também de avaliá-lo. Não se trata apenas de definir, para cada indivíduo, um tipo de espaço social na cidade e fora dela. Este espaço social seria definido pelos lugares que lhes são familiares e as parcelas de território que ele deve percorrer entre estes diferentes lugares (Santos, 1990; Moraes, 1985).

A noção de historicidade é ausente na tendência Fenomenológica/Hermenêutica e há, no nível gnosiológico, o primado do sujeito sobre o objeto. (Spósito, 1999). Para Dias (1998, pp. 231-232), a hermenêutica tem recebido um tratamento especial pois, segundo ela:

[...] vem se elaborando uma vertente de vanguarda, polêmica e engajada, que estuda o cotidiano problematizando conceitos herdados do pensamento tradicional e mostrando o impasse em que se encontram. Nesse sentido, vem trabalhando tensões e conflitos que clamam por uma hermenêutica radical: a politização do privado, das relações de gênero, de uma pluralidade de sujeitos e de diferentes processos históricos de construção das subjetividades. É esse um caminho bastante fecundo, que tornou visível a historicidade de valores considerados estanques como natureza e cultura, público e privado, sujeito e objeto, razão, emoções, paixões, dualidades que tem por certo sua historicidade, a qual, porém, o pensamento contemporâneo vem procurando transcender. A hermenêutica do cotidiano depende em grande parte desse desafio da teoria do conhecimento, pois pressupõe formas de apreensão da experiência de vida em sociedade, que só ganham sentido com a dissolução dessas dualidades.

Vários pensadores, por volta de 1960, na Europa, despertaram interesse para o campo do cotidiano. Jean Paul Sartre, Merleau Ponty, Henry Lefebvre, Jean Baudrillard, Pierre Boudieu, Agnes Heller, Claude Lefort, Jürgen Habermas, Michel Foucault, Mikhail Bakhtine, Gianni Vattimo, Gilles Deleuze e Felix Gatarri são alguns dos pioneiros da hermenêutica contemporânea do cotidiano. (Dias, 1998). No Brasil, Maria Odila Silva Dias, historiadora da PUC/SP, contempla, em suas análises, a discussão da hermenêutica.

Portanto, o cotidiano passa a ser visto como o local por excelência, onde o pesquisador vai rever conceitos e métodos de abordagem, uma vez que as transformações do mundo contemporâneo não são mais satisfeitas com as teorias

espaço das sociedades em movimento permanente. *A geografia tornou-se uma viúva do espaço* (grifo nosso).

Há uma outra ala da Geografia, associada às bases teóricas da Fenomenologia e à Geografia da Percepção. No Brasil, destaca-se o papel da Prof.^a Livia de Oliveira, da UNESP/Rio Claro, como a principal referência desta Geografia, tradutora do livro de Y-Fu-Tuan, “O Espaço e o Lugar”, tem tido freqüente produção científica nesta área.

O fundamento desta abordagem vem do fato de que cada indivíduo tem uma maneira específica de apreender o espaço, mas também de avaliá-lo. Não se trata apenas de definir, para cada indivíduo, um tipo de espaço social na cidade e fora dela. Este espaço social seria definido pelos lugares que lhes são familiares e as parcelas de território que ele deve percorrer entre estes diferentes lugares (Santos, 1990; Moraes, 1985).

A noção de historicidade é ausente na tendência Fenomenológica/Hermenêutica e há, no nível gnosiológico, o primado do sujeito sobre o objeto. (Spósito, 1999). Para Dias (1998, pp. 231-232), a hermenêutica tem recebido um tratamento especial pois, segundo ela:

[...] vem se elaborando uma vertente de vanguarda, polêmica e engajada, que estuda o cotidiano problematizando conceitos herdados do pensamento tradicional e mostrando o impasse em que se encontram. Nesse sentido, vem trabalhando tensões e conflitos que clamam por uma hermenêutica radical: a politização do privado, das relações de gênero, de uma pluralidade de sujeitos e de diferentes processos históricos de construção das subjetividades. É esse um caminho bastante fecundo, que tornou visível a historicidade de valores considerados estanques como natureza e cultura, público e privado, sujeito e objeto, razão, emoções, paixões, dualidades que tem por certo sua historicidade, a qual, porém, o pensamento contemporâneo vem procurando transcender. A hermenêutica do cotidiano depende em grande parte desse desafio da teoria do conhecimento, pois pressupõe formas de apreensão da experiência de vida em sociedade, que só ganham sentido com a dissolução dessas dualidades.

Vários pensadores, por volta de 1960, na Europa, despertaram interesse para o campo do cotidiano. Jean Paul Sartre, Merleau Ponty, Henry Lefebvre, Jean Baudrillard, Pierre Boudieu, Agnes Heller, Claude Lefort, Jürgen Habermas, Michel Foucault, Mikhail Bakhtine, Gianni Vattimo, Gilles Deleuze e Felix Gatarri são alguns dos pioneiros da hermenêutica contemporânea do cotidiano. (Dias, 1998). No Brasil, Maria Odila Silva Dias, historiadora da PUC/SP, contempla, em suas análises, a discussão da hermenêutica.

Portanto, o cotidiano passa a ser visto como o local por excelência, onde o pesquisador vai rever conceitos e métodos de abordagem, uma vez que as transformações do mundo contemporâneo não são mais satisfeitas com as teorias

existentes. Como diz Milton Santos, “um conceito não resiste à passagem do tempo”.

No entanto, Milton Santos (1990, p. 69), quando analisa a relação sujeito e objeto exprime que:

A chamada geografia da percepção limitou-se a aprofundar a análise das percepções dos objetos geográficos, cobrindo-se na justificação de que as percepções são também dados objetivos, mas esqueceu de levar em conta duas coisas. De um lado, a percepção individual não é o conhecimento; de outra forma, a coisa não seria objetiva e a própria teoria da percepção seria incompleta, senão inútil. De outro lado, a simples apreensão da coisa, por seu aspecto ou sua estrutura externa, nos dá o objeto em si mesmo, o que ele apresenta mas, não o que ele representa. Ora, o objeto é o resultado de determinações paralelas e concomitantes da estrutura nua e da ideologia. Esta, contida no objeto, é dada pelo funcional, simbólico.

Na esteira da renovação da geografia está a chamada Geografia Crítica ou Radical/Marxista. Para os críticos, que colaboraram para esta perspectiva geográfica, o caráter eminentemente descritivo não permite cientificar a Nova Geografia como Ciência, pois sem explicação não é possível. É preciso ir além do aparente, se quiser politizar o debate e produzir um conhecimento que seja imbuído de um caráter de transformação social. Com estes termos, esta geografia pretendia contrapor-se também à geografia tradicional.

Uma das grandes eminências deste movimento de renovação da geografia foi Yves Lacoste. Costumava dizer, com sua máxima, que é preciso saber pensar o espaço para saber nele se organizar. Dentre outras, afirmava também que “os geógrafos devem cessar de ficar a reboque dos economistas” (1989, p.239). “A geografia deve ser, para o espaço, o que a história é para o tempo; uma e outra levam em consideração uma certa gama de dimensão espaço-temporal [...]” (*Ibid*, p.255).

A chamada Geografia Crítica ou Radical, adota um novo método de análise geográfica, baseado no materialismo dialético de Marx. Entendendo que a natureza e a sociedade são indissociáveis, que não há como definir a natureza em que esteja presente o homem, já que é o trabalho que mediatiza a relação entre o homem e a natureza.

O conceito de natureza, que não é natural, pois está inserido numa concepção social e política da história do desenvolvimento da sociedade, está por merecer maior atenção das ciências, objetivando romper as dicotomias que a história deixou, como a Geografia Física e Humana, Sociedade e Natureza etc.

No calor da discussão geográfica, o espaço reaparece como o conceito-chave. Debate-se, de um lado, se na obra de Marx, se o espaço está presente ou ausente e, de outro, qual a natureza e o significado do espaço (Corrêa, 1995).

4. Conclusão

Espaço e tempo se conjugam para interpretar a seqüência das relações entre o homem e a natureza, as formas de sucessão das forças produtivas e das relações de produção ligadas à história de uma determinada área.

Nesta nova fase histórica, o Mundo está marcado por novos signos, como: a multinacionalização das firmas e a internacionalização da produção e do produto; a generalização do fenômeno do crédito, que reforça as características da economização da vida social; os novos papéis do Estado em uma sociedade e uma economia mundializadas; o frenesi de uma circulação tomada fator essencial da acumulação; a grande revolução da informação que liga instantaneamente os lugares, graças aos progressos da informática (Santos, p. 123).

A teorização das relações epistemológicas, no contexto atual do capitalismo, contribuirá para que as relações entre o sujeito e o objeto sejam entendidas, de maneira a revelar a essência da organização do espaço geográfico, atentando para um caminho de uma sociedade mais justa e harmoniosa com o seu meio. Para Rodrigues (1998, p. 64), é preciso

... retomar, para uma epistemologia da Geografia, a dimensão do tempo-espaço como condição para compreender a globalidade da natureza e da sociedade. Para compreender a complexidade da dinâmica da produção social do espaço não podemos esquecer o tempo histórico e a natureza. Ter-se-ia, assim, a possibilidade de construir novos paradigmas (físicas e humanas) e de releituras do território.

A estreita relação entre a sociedade e a natureza está por merecer maiores investigações, principalmente, diante de elementos novos de análise que estão proporcionando uma nova visão de mundo. A virtualidade do espaço, o acelerado estudo sobre biotecnologia (clonagem, eugenia, transgênicos...), o avanço da informática, a conquista do espaço sideral, todas estas novas descobertas científicas estão contribuindo para novas perspectivas de conhecimento e para uma nova concepção de sociedade e de natureza que ainda deverá proporcionar novos artigos para esta revista.

5. Referência

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre a metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 3. ed. São Paulo: Cortes, 1995.

BODDY, Martin. Reestruturação industrial, pós-fordismo e novos espaços industriais: uma crítica. In VALLADARES, Lícia & PRETECEILLE, Edmond. (Orgs.) **Reestruturação urbana tendência e desafios**. São Paulo: Nobel, 1990.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e localização espacial**. 4. ed. São Paulo: Ática.

_____. Espaço um conceito-chave da geografia. In CASTRO, Iná Elias de. GOMES,

Paulo Cesar da Costa & CORRÊA, Roberto Lobato. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

DIAS, Maria Odila S. Hermenêutica do cotidiano na historiografia contemporânea. In **Projeto história**: revista do programa de estudos pós-graduados em história e do departamento de história da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: EDUC. N. 17, Nov./98.

GOTTDIENER, Mark. A teoria da crise e a reestruturação sócio-espacial: o caso dos Estados Unidos. In VALLADARES, Licia & PRETECEILLE, Edmond. **Reestruturação urbana tendências e desafios**. São Paulo: Nobel, 1990.

HARVEY, David. **A Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1993.

LACOSTE, Yves. **A geografia**: – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. Campinas: Papirus, 1989.

MORAES, Antonio C. R. Geografia pequena história crítica. 4. São Paulo: Hicitec, 1985.

MOREIRA, Ruy. O paradigma e a ordem (genealogia e metamorfoses do espaço capitalista). In: **Ciência Geográfica**: Revista da AGB Bauru. São Paulo, Ano V, 1999, n. 13

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Produção e consumo do e no espaço**: problemática ambiental urbana. São Paulo: Hucitec, 1998.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1990.

_____. **Técnica espaço tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. O Espaço geográfico como categoria filosófica. In Espaço em Questão. Revista Terra Livre. São Paulo: Marco Zero/ AGB. N. 5., 1988.

SPÓSITO, Eliseu Savério. A questão do método e a crítica do pensamento geográfico. In CASTRO, Iná Elías de. MIRANDA, Mariana & EGLER, Cláudio A. G. (Orgs.) **Redescobrimo o Brasil 500 anos depois**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

Data de Recebimento: 22/07/2002.

Data de Aceite: 03/12/2002.